Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Gravidez na adolescência como foco de atuação educativa por estudantes de medicina na atenção básica: um relato de experiência

Teenage pregnancy as a focus of educational intervention by medical students in primary health care: an experience report

Embarazo en la adolescencia como foco de actuación educativa por estudiantes de medicina en atención básica: un relato de experiencia

Athus Graziani Apollaro Rego[1], Ana Glória Rodrigues da Silva[1], Ana Beatriz Lameira Araújo Louzada[1], Jéssica Dias Fagundes[1], Pablo Daniel Souza[1], Luany Batista Bezerra[1].

RESUMO

Objetivo: Descrever a experiência de estudantes de Medicina na Estratégia Saúde da Família Pratinha II, em Belém (PA), destacando as contribuições da integração ensino-serviço para a formação médica e para o cuidado na Atenção Primária à Saúde. **Relato de experiência:** A vivência ocorreu entre agosto de 2023 e novembro de 2025, envolvendo cinco acadêmicos do Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ) em um projeto de extensão com atividades semanais supervisionadas. Os estudantes participaram das rotinas da unidade, consultas individuais e coletivas, visitas domiciliares, territorialização e reuniões multiprofissionais. A partir da identificação da gravidez na adolescência como agravo prioritário, desenvolveu-se projeto de extensão com 294 atendimentos a adolescentes (55 gestantes), incluindo escuta qualificada, avaliação clínica, orientações sobre saúde sexual e reprodutiva, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, e planejamento familiar. Realizou-se ainda intervenção educativa em escola pública com 53 alunos do 9º ano, utilizando metodologias interativas sobre educação reprodutiva e sexual. O processo foi registrado na plataforma DreamShaper e avaliado coletivamente com a equipe. **Considerações finais:** A experiência favoreceu formação crítica, humanizada e territorialmente sensível, consolidando competências clínicas, comunicacionais e educativas. Demonstrou o impacto positivo da extensão universitária na APS, contribuindo para o auxílio comunitário e instrução em saúde dos adolescentes envolvidos.

Palavras-chave: Atenção primária à saúde, Educação em saúde, Adolescente.

ABSTRACT

Objective: To describe the experience of medical students in the Pratinha II Family Health Strategy unit in Belém (Pará, Brazil), highlighting the contributions of teaching-service integration to medical education and primary health care. **Experience report:** The activities took place from August 2023 to November 2025 and involved five students from the Centro Universitário do Amazonas (UNIFAMAZ) in a supervised weekly university extension project. Students participated in daily unit routines, individual and group consultations, home visits, territorial mapping, and multidisciplinary meetings. After identifying teenage pregnancy as a priority health issue, an extension project was developed, providing 294 consultations to adolescents (55 pregnant), including qualified listening, clinical evaluation, guidance on sexual and reproductive health,

[1] Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), Belém – PA.

SUBMETIDO EM: 12/2025 | **ACEITO EM: 1/2026** | **PUBLICADO EM: 2/2026**

prevention of sexually transmitted infections, and family planning. An educational intervention was also carried out in a public school with 53 ninth-grade students, using interactive methodologies on sexual and reproductive education. The process was documented on the DreamShaper platform and collectively evaluated with the health team. **Final considerations:** The experience promoted critical, humanized, and territory-sensitive training, strengthening clinical, communication, and educational competencies. It demonstrated the positive impact of university extension on Primary Health Care, contributing to community support and health education for the adolescents involved.

Keywords: Primary health care, Health education, Adolescent.

RESUMEN

Objetivo: Describir la experiencia de estudiantes de Medicina en la Estrategia Salud de la Familia Pratinha II, en Belém (Pará, Brasil), destacando las contribuciones de la integración enseñanza-servicio para la formación médica y la atención en Atención Primaria de Salud. **Relato de experiencia:** La vivencia ocurrió entre agosto de 2023 y noviembre de 2025, con cinco académicos del Centro Universitário do Amazonas (UNIFAMAZ) en un proyecto de extensión con actividades semanales supervisadas. Los estudiantes participaron en las rutinas de la unidad, consultas individuales y colectivas, visitas domiciliarias, territorialización y reuniones multiprofesionales. Tras identificar el embarazo en la adolescencia como problema prioritario, se desarrolló un proyecto que atendió a 294 adolescentes (55 embarazadas), ofreciendo escucha calificada, evaluación clínica, orientación en salud sexual y reproductiva, prevención de infecciones de transmisión sexual y planificación familiar. También se realizó una intervención educativa en una escuela pública con 53 alumnos de 9.º año, utilizando metodologías interactivas sobre educación sexual y reproductiva. El proceso se registró en la plataforma DreamShaper y fue evaluado colectivamente con el equipo. **Consideraciones finales:** La experiencia favoreció una formación crítica, humanizada y sensible al territorio, consolidando competencias clínicas, comunicacionales y educativas. Demostró el impacto positivo de la extensión universitaria en la APS y en el apoyo comunitario y la educación en salud de los adolescentes involucrados.

Palabras clave: Atención primaria de salud, Educación en salud, Adolescente.

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada do sistema de saúde e o eixo organizador das Redes de Atenção, desempenhando ações que envolvem promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, com enfoque na integralidade e na melhoria dos indicadores populacionais. Estudos atuais destacam que a APS é o espaço central para coordenação do cuidado, abordagem territorial e vínculo com usuários, sendo essencial para fortalecer a resolutividade do sistema de saúde (OLIVEIRA MA, et al., 2021; GIOVANELLA L, et al., 2023).

Nesse cenário, a atuação dos estudantes possibilita intensa troca de saberes com a comunidade, incluindo o público infantil e adolescente, contribuindo para o desenvolvimento de ações educativas e para a compreensão dos determinantes sociais do processo saúde-doença. Pesquisas apontam que a presença de acadêmicos favorece maior aproximação entre serviços e população, amplia práticas de educação em saúde e fortalece o cuidado compartilhado (SCHILLING MC, et al., 2022; ARAÚJO LN, et al., 2023). Além disso, princípios como universalidade, equidade e integralidade são reforçados pela interação direta entre equipe, estudantes e usuários, promovendo cuidado contínuo, humanizado e territorialmente sensível (ARAÚJO LN, et al., 2023; VASCONCELOS RL, et al., 2022).

No Brasil, o modelo prioritário de organização da APS é a Estratégia Saúde da Família (ESF), cuja atuação baseia-se em equipes multiprofissionais que desenvolvem ações alinhadas às necessidades da população e das comunidades da área de abrangência dos serviços da Unidade Básica de Saúde (UBS) daquela respectiva localidade e à realidade específica. Nessa lógica, age o Agente Comunitário de Saúde (ACS), cujo papel é reiterado como fundamental para a articulação entre território, equipe e usuários, fortalecendo o acompanhamento longitudinal e a prevenção de agravos (SANTOS CS, et al., 2020; FERREIRA AS, et al., 2022).

Entre os principais desafios enfrentados pela APS no Brasil encontra-se a gravidez na adolescência, considerada um problema de saúde pública devido aos impactos biopsicossociais associados. Pesquisas recentes evidenciam que o país ainda apresenta índices elevados de gestação precoce, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, sendo influenciados por múltiplos fatores, como vulnerabilidade social, início precoce da vida sexual, baixa escolaridade e dificuldade de acesso a métodos contraceptivos (LEAL MC, et al., 2021; MENEZES LN, et al., 2023). Estudos também destacam a importância de ações educativas e intersetoriais realizadas por equipes de saúde em parceria com escolas para reduzir riscos e promover autonomia reprodutiva entre adolescentes (VASCONCELOS RL, et al., 2022).

Nesse contexto, a gravidez na adolescência é um desafio epidemiológico significativo no Brasil e no mundo, apesar de reduções observadas nos últimos anos. A taxa de natalidade adolescente (15-19 anos), globalmente, caiu de 64,5 nascimentos por 1.000 mulheres, em 2000, para 41,3 (2023), com alta incidência na América Latina e Caribe (51,4 por 1.000) (WHO, 2024; UNFPA/UN Population Division, 2024). No Brasil, a taxa específica de fecundidade adolescente situou-se em 42,7 por 1.000 em 2023, acima da média mundial, embora com grande redução nas últimas décadas, influenciada, principalmente, por desigualdades regionais, com taxas mais elevadas nas regiões Norte e Nordeste (LEAL MC, et al., 2023; MENEZES LN, et al., 2023; WORLD BANK, 2025). Esses indicadores reforçam a necessidade de ações preventivas direcionadas, particularmente em contextos de vulnerabilidade social, considerando a persistência de disparidades regionais, apesar da tendência nacional de queda (MENEZES LN, et al., 2023).

A gestação entre adolescentes promove impactos sociais, assistenciais e econômicos profundos, perpetuando vulnerabilidade e desigualdades. Socialmente, associa-se a maior evasão escolar, interrupção de trajetórias educacionais e profissionais, com taxas de pobreza mais elevadas entre populações de baixa renda e minorias étnicas (LEAL MC, et al., 2021; IBGE, 2023). No contexto assistencial, agrava complicações materno-infantis, como prematuridade e maior demanda por serviços de saúde, enquanto economicamente representa custos significativos ao sistema público, com internações por partos adolescentes estimadas em R$ 254,5 milhões entre 2022 e 2024, recursos que poderiam ser realocados para prevenção (PLANISA/DRG BRASIL, 2025; MENEZES LN, et al., 2023). Isso reforça a urgência de intervenções educativas, como as realizadas em parceria com escolas e equipes de APS, para mitigar consequências individuais e coletivas, promovendo equidade em saúde reprodutiva (VASCONCELOS RL, et al., 2022; RODRIGUES VF, et al., 2024).

Apesar dos avanços na compreensão e entendimento dos determinantes da gravidez na adolescência atualmente, persistem lacunas científicas que justificam investigações adicionais, sobretudo no contexto da prevenção e da educação em saúde. Embora hajam muitas pesquisas com análise de desigualdades sociais e acesso a contraceptivos (LEAL MC, et al., 2021; MENEZES LN, et al., 2023), há pouca quantidade de estudos longitudinais sobre a eficácia de intervenções educativas em contextos escolares e comunitários, bem como sobre o impacto de programas de educação sexual na redução de gestações precoces. Ademais, análises qualitativas aprofundadas sobre as barreiras culturais e o papel da participação de estudantes de saúde em ações extensionistas para promover autonomia reprodutiva, especialmente em regiões de alta incidência como o Norte brasileiro são pouco frequentes na literatura científica (RODRIGUES VF, et al., 2024; VASCONCELOS RL, et al., 2022), evidenciando a necessidade de pesquisas que realizem essa abordagem.

A participação de estudantes de medicina em atividades de educação em saúde, seja na Estratégia Saúde da Família (ESF), seja em escolas, contribui significativamente para reduzir barreiras de acesso à informação, ampliar discussões abertas sobre sexualidade e saúde reprodutiva, e promover práticas acolhedoras que considerem as particularidades culturais, emocionais e sociais dos adolescentes (Gomes et al., 2020; RODRIGUES VF, et al., 2024). Essas intervenções extensionistas favorecem o esclarecimento de dúvidas, a desconstrução de mitos e preconceitos, e o fortalecimento da autonomia reprodutiva, principalmente em contextos vulneráveis, em que o déficit de informações confiáveis propicia riscos como gravidez precoce e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Além disso, a presença de acadêmicos aproxima os serviços de saúde da comunidade escolar, incentivando o diálogo intergeracional e o cuidado humanizado, alinhado aos princípios do SUS (ARAÚJO LN, et al., 2023; VASCONCELOS RL, et al., 2022).

Assim, este trabalho descreve a experiência vivenciada por acadêmicos do curso de Medicina do Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ) na ESF Pratinha II, no período de agosto de 2023 a novembro de 2025. Busca-se compreender como atuação extensionista na Atenção Primária contribui para a formação crítica, humanizada e interdisciplinar dos estudantes, considerando a articulação entre conhecimento, prática e comunidade pelos discentes. Ademais, demonstra-se a importância do papel dos estudantes na promoção de ações educativas que fortalecem a autonomia da população adscrita, respondendo às demandas reais dos sujeitos e contribuindo para melhorias individuais e coletivas em saúde.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A vivência acadêmica foi promovida pelo Centro Universitário da Amazônia (UNIFAMAZ) e desenvolvida na Estratégia Saúde da Família (ESF) Pratinha II, localizada na Alameda Um, 13 (bairro Pratinha), em Belém (PA). A experiência ocorreu entre agosto de 2023 e novembro de 2025, exclusivamente durante o período letivo, com frequência semanal. Desde o início, a proposta buscou a promoção de cuidado em saúde no território, sendo realizada por 5 estudantes do curso de medicina, do primeiro ao quinto semestre do curso.

Inicialmente, os acadêmicos foram inseridos na dinâmica cotidiana da unidade, observando e participando dos fluxos assistenciais, auxiliando no papel dos profissionais e interagindo com os trabalhadores e usuários. Assim, a vivência consistiu no acompanhamento das rotinas da equipe multiprofissional da ESF, com ênfase na identificação das principais necessidades em saúde desses indivíduos para a promoção de saúde, prevenção de agravos e assistência integral àquelas pessoas. A cada encontro, os estudantes aproximavam-se da realidade social da comunidade.

No primeiro ano de atuação (agosto de 2023 a junho de 2024), o grupo acompanhou principalmente a enfermeira vinculada à universidade. Nesse período, os discentes participaram de atendimentos individuais e coletivos, de reuniões de organização da unidade e de atividades realizadas pelos ACS, pelo gestor e pelos técnicos de enfermagem. Além disso, foram conduzidas rodas de conversa com a equipe, visitas domiciliares, ações educativas e o processo de territorialização, que incluiu a elaboração do mapa da área e a identificação dos principais problemas de saúde que afetavam a população. Gradualmente, os estudantes passaram a compreender, de forma mais crítica, como fatores sociais, econômicos e culturais influenciavam a saúde dos residentes locais.

Nesse contexto, ao identificar a gravidez na adolescência e o desconhecimento sobre saúde reprodutiva como os agravos de maior relevância no território, iniciou-se um projeto de extensão com duração total de dois anos (fevereiro de 2024 a junho de 2025). O projeto, inicialmente conduzido pela enfermeira e posteriormente pelo profissional médico contratado pela universidade, inseriu os discentes em atividades supervisionadas que promoviam o reconhecimento da realidade de adolescentes entre 12 e 17 anos, de ambos os sexos, afetados por um dos principais problemas da comunidade, que se tratava da gravidez na adoslescência.

Posteriormente, de agosto de 2024 a novembro de 2025, a supervisão passou a ser conduzida pela médica vinculada à universidade. Esse novo momento ampliou a diversidade de aprendizados, uma vez que a médica incluiu os estudantes na participação de consultas médicas, visitas domiciliares mais complexas e ações de saúde em escola e na unidade, agora com foco no público-alvo do projeto de extensão que foi iniciado, sob supervisão da própria profissional. Os discentes passaram, então, a participar de momentos, como as consultas médicas, com os adolescentes, avaliando o nível de conhecimento em saúde reprodutiva por meio do diálogo.

Durante o desenvolvimento do projeto, foram realizados 294 atendimentos a adolescentes, dos quais 55 estavam em gestação no momento do atendimento, dentre estes, 29 estavam acompanhados por um responsável (pais ou demais familiares) e 4 compareceram sozinhos. Essas consultas tinham caráter centrado na pessoa e incluíam, para além da avaliação clínica, momentos de escuta qualificada sobre questões emocionais, familiares e sociais.

Ademais, eram, também, abordados temas como saúde reprodutiva, autocuidado, sexualidade segura, direitos reprodutivos, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, planejamento familiar, bem-estar psicológico e entendimento do próprio ciclo gravídico. Em muitos casos, buscava-se também compreender o contexto de vulnerabilidade, fortalecer vínculos, esclarecer dúvidas e orientar sobre serviços disponíveis no território, garantindo que cada adolescente fosse atendido e acolhido da melhor forma possível.

Como forma de ampliar a ação educativa extensionista para além da unidade de saúde, o projeto realizou ainda uma intervenção em uma escola pública de ensino fundamental (6º ao 9º ano) localizada na área adscrita. A atividade foi previamente articulada pelos ACS junto à direção escolar, que autorizou a realização da ação, havendo a equipe preparado materiais didáticos baseados em cartilhas do Ministério da Saúde.

Nessa ação, foi abordada uma turma de 9º ano, com um total de 53 alunos (29 meninas e 24 meninos), e foram realizadas interações lúdicas com os estudantes, além de haver sido promovida uma conversa aberta sobre saúde reprodutiva, direitos sexuais, prevenção de violência e responsabilidades afetivas. Ao final, dinâmicas interativas com perguntas e respostas orais permitiram mensurar a compreensão dos estudantes, estimulando a participação ativa e consolidando o aprendizado de forma leve e acessível. Foi, então, percebido resultado positivo, mediante a maior facilidade de condução dos temas reprodutivos pelos próprios alunos da escola, nessas dinâmicas, após as discussões. Evitou-se a coleta de dados dos envolvidos antes e depois da discussão, considerando aspectos éticos.

Além das atividades de campo, todo o processo foi continuamente registrado na plataforma DreamShaper, atualizada a cada encontro. Esse registro sistemático garantiu organização e coerência ao projeto, permitindo acompanhar sua evolução, documentar produtos desenvolvidos e sustentar a construção de conhecimento ao longo do tempo.

Entretanto, limitações como a falta de recursos financeiros e materiais, que ficaram às custas dos discentes e dos profissionais vinculados à universidade, constituíram um impasse à ampliação do projeto, que ficou restrito às ações educativas nas consultas, visitações domiciliares e à escola abordada.

Por fim, como estratégia de encerramento e avaliação da experiência, foi promovida uma roda de conversa que reuniu o gestor da unidade, a equipe da APS e demais profissionais da ESF. Esse encontro serviu para refletir coletivamente sobre as contribuições dos estudantes para o serviço e para o território, em que o espaço de fala foi aberto e horizontal, permitindo e garantindo a participação de toda a equipe de saúde da unidade. A avaliação geral foi amplamente positiva, destacando que a presença discente enriqueceu a rotina da unidade, fortaleceu ações da atenção básica e contribuiu para o cuidado integral da população.

No que se refere ao impacto do projeto de extensão, a unidade Pratinha II referiu redução nos fluxos de pacientes adolescentes em gestação, comparando o tempo de início do projeto e o final. Ademais, observou-se maior conhecimento técnico sobre saúde reprodutiva durante os atendimentos aos adolescentes, ao longo da extensão, demonstrando que a abordagem dos estudantes promoveu maior arcabouço sobre o tema esses indivíduos. Dessa forma, avalia-se o projeto como efetivo, dentro do contexto ocorrido e considerando as limitações enfrentadas.

DISCUSSÃO

A gravidez na adolescência é um importante problema de saúde pública por estar associada a maiores riscos materno-fetais, abandono escolar, perpetuação da pobreza e desigualdades de gênero, sendo um marcador de vulnerabilidade social. No Brasil, embora a taxa de fecundidade em adolescentes (entre 15 e 19 anos) tenha apresentado redução de 66,3 nascidos vivos por mil em 2000 para 37,7 por mil em 2022, ainda permanece elevada quando comparada a países de renda semelhante, com forte concentração nas regiões Norte e Nordeste (IBGE, 2023; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024). No estado do Pará, os indicadores são ainda mais preocupantes, alcançando 58,4 nascidos vivos por mil adolescentes em 2022, refletindo tanto o acesso limitado a serviços de saúde quanto as desigualdades socioeconômicas e culturais regionais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024; LEAL MC, et al., 2023).

Nesse sentido, a APS representa o nível assistencial mais adequado para o enfrentamento dos principais problemas de saúde pública, pois atua na promoção, prevenção e coordenação do cuidado em nível territorial. Dentre esses agravos, destacam-se as doenças crônicas não transmissíveis, infecções sexualmente transmissíveis, saúde mental e, especialmente, a gravidez na adolescência, que demanda abordagem longitudinal e intersetorial (STARFIELD B e SHI L, 2019; BOUSQUAT A, et al., 2022). A proximidade com a comunidade permite identificar precocemente vulnerabilidades, fortalecer vínculos e implementar ações educativas contextualizadas, tornando a APS o espaço privilegiado para intervenções efetivas e de baixo custo (GIOVANELLA L, et al., 2023).

A inserção de estudantes de medicina na APS por meio de projetos de extensão universitária passa, então, a favorecer tanto a qualificação da formação profissional quanto o fortalecimento das ações locais de saúde. A vivência prolongada no território permite o desenvolvimento de competências clínicas, comunicacionais e éticas difíceis de serem consolidadas apenas em ambientes hospitalares, promovendo uma formação crítica e socialmente responsável (CEOLIN C, et al., 2023; LIMA JS, et al., 2022). Ao mesmo tempo, a presença acadêmica contribui para ampliar o acesso da população a informações qualificadas e ações preventivas, configurando uma estratégia ganha-ganha que integra ensino, serviço e comunidade (CARVALHO IS, et al., 2024).

A educação sexual compreensiva realizada na APS revela-se estratégia fundamental para a redução da gravidez na adolescência, pois promove autonomia, conhecimento sobre métodos contraceptivos e reflexão crítica sobre sexualidade e gênero. Quando conduzida por estudantes de medicina devidamente supervisionados, essa prática potencializa o acolhimento, a linguagem acessível e a escuta ativa, elementos essenciais ao cuidado centrado na pessoa (COSTA RN, et al., 2022; SANTOS CS, et al., 2023). A atuação acadêmica nesse campo também permite aos futuros médicos desenvolverem sensibilidade cultural e habilidades de educação em saúde que serão indispensáveis ao longo de toda a trajetória profissional (MORAES TL, et al., 2021).

As ações educativas sobre gravidez na adolescência realizadas por estudantes na APS, especialmente em ambiente escolar e unidades de saúde da família, demonstram alta adesão e retenção de conhecimento quando adaptadas ao contexto local e conduzidas com amplo espaço de fala (SANTOS LF, et al., 2021; COSTA RN, et al., 2022; RAMOS JB, et al., 2023). Tais intervenções, que incluem rodas de conversa, oficinas e materiais educativos, contribuem para o aumento do uso de métodos contraceptivos, o adiamento da iniciação sexual e o fortalecimento de comportamentos preventivos (SANTOS LF, et al., 2021; RAMOS JB, et al., 2023). Além disso, a presença contínua dos acadêmicos favorece a construção de vínculo com adolescentes e famílias, potencializando o impacto das ações e qualificando simultaneamente a formação médica em um cenário real de vulnerabilidade (FERNANDES TM, et al., 2024).

Assim, os projetos de extensão universitária na APS promovem benefícios mútuos e indissociáveis: qualificam a formação médica ao desenvolverem precocemente competências clínicas complexas, raciocínio em cenários reais, abordagem longitudinal e atitudes éticas e humanizadas difíceis de serem adquiridas apenas em ambiente hospitalar (LIMA JS, et al., 2022; CARVALHO IS, et al., 2024; Ceolin et al., 2023); fortalecem o serviço de saúde ao ampliarem a resolutividade, a oferta de ações educativas e preventivas e a otimização dos fluxos assistenciais (GIOVANELLA L, et al., 2023; BOUSQUAT A, et al., 2022); e beneficiam diretamente a comunidade ao aumentarem o acesso a informações qualificadas, reforçarem vínculos com a equipe e elevarem a participação em práticas de promoção da saúde (COSTA RN, et al., 2022). Trata-se, portanto, de estratégia de integração ensino-serviço-comunidade altamente efetiva e sustentável, capaz de gerar impactos positivos simultâneos nas três dimensões envolvidas.

Esta experiência, assim, reforça a relevância científica ao demonstrar o potencial da extensão universitária na APS para reduzir a gravidez na adolescência em contextos vulneráveis (LEAL MC, et al., 2023; MENEZES LN, et al., 2023). Estudos longitudinais sobre adesão contraceptiva pós-intervenção e análises comparativas em diferentes regiões são sugestões eficazes para pesquisas futuras. Como implicações práticas, envolveram a ampliação de projetos semelhantes em instituições de ensino, com parcerias com o SUS, para otimizar ações educativas e equidade em saúde reprodutiva (BOUSQUAT A, et al., 2022; FERNANDES TM, et al., 2024).

Os achados da vivência na ESF Pratinha II evidenciam que ações educativas, por estudantes de medicina, reduzem barreiras de acesso à informação e fortalecem a autonomia reprodutiva em adolescentes, alinhando-se a estudos que destacam o impacto positivo de intervenções escolares e comunitárias (RODRIGUES VF, et al., 2024; VASCONCELOS RL, et al., 2022). Ademais, pontos fortes incluem a integração ensino-serviço-comunidade, promovendo formação crítica e ações preventivas efetivas (ARAÚJO LN, et al., 2023; CARVALHO IS, et al., 2024). Já limitações relacionaram-se ao período limitado de intervenção e à ausência de avaliação longitudinal, o que restringiu a mensuração de impactos duradouros (GIOVANELLA L, et al., 2023).

REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO LN, et al. Ensino-serviço-comunidade na Atenção Primária: percepções de estudantes sobre práticas educativas em saúde. Revista Brasileira de Educação Médica, 2023; 47(1): 1-10.
2. BOUSQUAT A, et al. Atenção primária à saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 2/2024-CACRIAD/CGACI/DGCI/SAPS/MS. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-no-2-2024.pdf. Acessado em: 10 de janeiro de 2026.
4. CARVALHO IS, et al. Experiências prolongadas na APS e desenvolvimento de competências clínicas em estudantes de medicina. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, 2024; 28: e240012.
5. CEOLIN C, et al. Formação em saúde na atenção básica: o que dizem os preceptores? Revista Brasileira de Educação Médica, 2023; 47(2): e045.
6. COSTA RN, et al. Habilidades comunicacionais no cuidado em saúde: resultados de práticas dialógicas na APS. Revista de Saúde Pública, 2022; 56: 121-129.
7. FERNANDES TM, et al. Abordagem integral e determinantes sociais da saúde na formação médica. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 2024; 19(46): 1-15.
8. FERREIRA AS, et al. O papel do Agente Comunitário de Saúde no cuidado territorial. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 2022; 32(2): e320204.
9. GIOVANELLA L, et al. Fortalecimento da APS no Brasil: desafios e perspectivas. Ciência & Saúde Coletiva, 2023; 28(12): 4965-4978.
10. GOMES LM, et al. Educação em saúde sexual e reprodutiva com adolescentes: impacto de ações escolares. Revista Eletrônica de Enfermagem, 2020; 22: 1-12.
11. IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2026.
12. LEAL MC, et al. Desigualdades sociais e gravidez na adolescência no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 2021; 37(9): e00133921.
13. LEAL MC, et al. Gravidez na adolescência no Brasil: panorama atual e desigualdades regionais. Cadernos de Saúde Pública, 2023; 39(4): e00123422.
14. LIMA JS, et al. Integração ensino-serviço e formação médica crítica. Revista Brasileira de Educação Médica, 2022; 46(supl. 1): e060.
15. MENEZES LN, et al. Fatores associados à gravidez precoce no Norte do Brasil. Revista Pan-Americana de Salud Pública, 2023; 47: e12.
16. MORAES TL, et al. Clínica ampliada e formação médica sensível aos determinantes sociais. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 2021; 31(1): e310113.
17. OLIVEIRA MA, et al. APS como coordenadora do cuidado: análise de desafios e potencialidades. Revista Brasileira de Epidemiologia, 2021; 24: e210005.
18. PLANISA, DRG BRASIL. Gravidez na adolescência: custos hospitalares no Brasil (2022-2024). São Paulo: Planisa, 2025. Disponível em: https://planisa.com.br. Acessado em: 10 de janeiro de 2026.
19. RAMOS JB, et al. Intervenções educativas em saúde sexual com adolescentes: resultados de estudo escolar. Adolescent Health, Medicine and Therapeutics, Macclesfield, 2023; 14: 33-42.

20. RODRIGUES VF, et al. Promoção da saúde reprodutiva de adolescentes: experiência em escolas públicas. Escola Anna Nery, 2024; 28: e20230178.
21. SANTOS CS, et al. O papel do ACS na prevenção de agravos em áreas vulneráveis. Revista de Atenção Primária à Saúde, 2020; 23(2): 221-232.
22. SANTOS LF, et al. Programas educativos na prevenção da gravidez precoce: revisão sistemática. Revista Paulista de Pediatria, 2021; 39: e2020123.
23. SCHILLING MC, et al. Ações educativas na APS e impacto na saúde infantil. Revista Ciência Plural, 2022; 8(3): 121-138.
24. STARFIELD B, SHI L. Primary care and health outcomes: evidence and implications. Health Affairs, 2020; 39(5): 704-712.
25. UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). World Population Dashboard - Brazil. New York: UNFPA, 2025. Disponível em: https://www.unfpa.org/data/world-population/BR. Acessado em: 10 de janeiro de 2026.
26. VASCONCELOS RL, et al. Ações intersetoriais e prevenção da gravidez na adolescência: estudo escolar. Revista Brasileira de Enfermagem, 2022; 75(supl. 1): e20210412.
27. WORLD BANK. Adolescent fertility rate (births per 1,000 women ages 15-19): Brazil. Washington, DC: World Bank, 2025. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SP.ADO.TFRT?locations=BR. Acessado em: 10 de janeiro de 2026.
28. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Adolescent pregnancy: fact sheet. Geneva: WHO, 2024. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-pregnancy. Acessado em: 10 de janeiro de 2026.